



PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: O CASO DA DERRUBADA DA CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM PORTO VELHO/RO

Ozonildo Fernandes Oliveira¹
Marco Antônio Domingues Teixeira²

RESUMO

A Capela de São Francisco de Assis de Porto Velho do estado de Rondônia é uma parte do patrimônio religioso da cidade, dada como a primeira igreja a ser construída e ser familiarizada com a história da própria cidade. Ao longo do tempo, ela passa por várias transformações e hoje na atualidade há um descaso e imprescindível despreparo inclusive com a fachada. Este trabalho tem como objetivo transpassar o momento não só do surgimento da cidade de Porto Velho, como também a história e fase de transformação da Capela de São Francisco de Assis, com imagens através da fotografia.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio. Memória. Porto Velho. Capela São Francisco.

HERITAGE AND MEMORY: THE CASE OF THE DEMOLISHMENT OF THE CHAPEL OF SAINT FRANCIS OF ASSISI IN PORTO VELHO/RO

ABSTRACT

The Chapel of Saint Francis of Assisi in Porto Velho, in the state of Rondônia, is part of the city's religious heritage. It is considered the first church to be built and to be familiar with the city's history. Over time, it has undergone several transformations and today, even its facade has been neglected and unprepared. This work aims to convey not only the moment of the emergence of the city of Porto Velho, but also the history and phase of transformation of the Chapel of Saint Francis of Assisi, with images through photography.

KEYWORDS: Heritage. Memory. Porto Velho. Chapel of Saint Francis.

¹ Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Atualmente é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAm/UNIR). E-mail: ozonildo86@gmail.com

² Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR. E-mail: marcoteixeira204@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Capela de São Francisco de Assis de Porto Velho é um artefato que está atrelado à história do município. Fazendo parte da rota turística religiosa de nossa cidade, considerada a primeira igreja ou templo católico mais antigo, foi construída no período da Primeira Guerra Mundial por imigrantes nordestinos. Feita de taipa e cobertura de palha, passou por várias transformações com o tempo, e, na atualidade, está derrubada e destruída sem nenhum preparo de conservação e revitalização para com o patrimônio.

O objetivo deste artigo é analisar em caráter histórico as origens tanto da Capela de São Francisco de Assis, como da cidade de Porto Velho, e as transformações com o decorrer do tempo. Os métodos utilizados da pesquisa são a pesquisa bibliográfica, a de campo e a fotográfica.

A pesquisa científica apresenta várias modalidades, sendo uma delas a pesquisa bibliográfica que será abordada no presente artigo, expondo todas as etapas que devem ser seguidas na sua realização. Esse tipo de pesquisa é concebido por diversos autores, dentre eles Fonseca (2002) e Gil (2002). Segundo Fonseca,

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que direcionará o trabalho científico, o que necessita de uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que executará o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Segundo Piana (2009), a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Através da pesquisa de campo, Fonseca (2002) relata que a pesquisa de campo se caracteriza pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados

junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.). Assim,

A pesquisa ex-post-facto tem por objetivo investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre posteriormente. A principal característica deste tipo de pesquisa é o fato de os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos. A pesquisa ex-post-facto é utilizada quando há impossibilidade de aplicação da pesquisa experimental, pelo fato de nem sempre ser possível manipular as variáveis necessárias para o estudo da causa e do seu efeito (Fonseca, 2002, p. 32).

Com relação à metodologia empregada para a análise das fotografias, utilizamos as referências de Boris Kossoy (2001) em sua obra *Fotografia e História*. Esta obra surgiu através de inúmeras indagações de categoria teórica e metodológica no que diz respeito ao uso de fotografias como documento histórico, isto é, “Qual o valor, o alcance e os limites das fotografias enquanto meios de conhecimento da cena passada? Como podemos empregá-las enquanto instrumento de investigação e interpretação da vida histórica?” (Kossoy, 2001, p. 8). Essas indagações serviram de motivação para a produção desta obra em que Kossoy busca dar sentido a todas as questões formuladas por ele.

A imagem fotográfica é um registro visual, expressivo, de um tema qualquer registrado pelo fotógrafo (filtro cultural), viabilizado segundo um Sistema de Representação Visual e materializado ou tornado visível por meio de uma tecnologia fotográfica específica físico-química ou eletrônica. A imagem se forma na câmera segundo preceitos que obedecem ao paradigma renascentista de representação espacial, além de procedimentos físico-químicos ou eletrônicos específicos em conformidade com a tecnologia em uso na época (Kossoy, 2021, p.17).

Segundo Kossoy (2021), todo ato de obtenção de um registro fotográfico tem seu desenrolar num dado momento histórico e num determinado espaço geográfico, portanto no interior de um contexto social, político, econômico e cultural. Um amplo campo investigativo, analítico e interpretativo se abre para a compreensão social e cultural do objeto fotografado e do seu respectivo registro no passado. Este trabalho está dividido em três pontos: no primeiro ponto, abordamos concepções sobre patrimônio e memória; no segundo ponto abordamos sobre o período da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a criação da Cidade de Porto Velho e, no terceiro ponto, o surgimento da Capela de São Francisco de Assis.

2. CONCEPÇÕES SOBRE PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Choay (2006) em sua obra *A alegoria do patrimônio*, afirma que a palavra patrimônio³ estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada com diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela uma palavra nômade, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.

Geralmente quando pensamos em patrimônio, temos a tendência de associá-lo somente ao patrimônio material, ligado às riquezas que são herdadas ou que possuem algum valor afetivo. Porém, patrimônio não se limita apenas ao sentido de herança. Refere-se, também, aos bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais (Rocha, 2012).

Tal herança cultural adquirida pode fornecer informações significativas acerca da história de um país e do passado da sociedade. Por terem esse papel, acabam por contribuir na formação da identidade desse país, como também na formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate a memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e suas raízes. Em vista disso, sua preservação torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural (Rocha, 2012, p.02).

Preservá-lo, então, pode ser uma medida eficaz para garantir que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer sua própria história e de outros, por meio do patrimônio material, imaterial, arquitetônico ou edificado, arqueológico, artístico, religioso e da humanidade. Pois, através da materialidade, o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também reconstruir seu passado histórico (Oliveira; Loures Oliveira, 2008). Segundo Pelegrini (2006), as noções de patrimônio cultural estão vinculadas às de lembrança e de memória, que são fundamentais no que diz respeito a ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais.

A memória pode ser classificada como seletiva, pois nem tudo de fato fica registrado. Ela acaba por sofrer algumas alterações que ocorrem como consequência do momento em que ela está sendo articulada. Com isso, pode-se dizer que a memória é construída, podendo ser essa construção consciente ou não (Pollak, 1992). A memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana (Le Goff, 1990).

³“Bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos” (Choay, 2006, p.11).

De acordo com Le Goff (2007), a memória acaba por estabelecer um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Esse vínculo que se torna afetivo possibilita que essa população passe a se enxergar como “sujeitos da história”, que possuem assim como direitos, também deveres para com a sua localidade. “Ao entendermos patrimônio como algo que recebemos do passado, vivenciamos no presente e transmitimos as gerações futuras” (Rocha, 2012, p.04).

3. A ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORÉ E O SURGIMENTO DE PORTO VELHO

No final do século XIX, a Bolívia buscava uma alternativa para a perda de seus territórios marítimos da costa do Pacífico para o Chile, a fim de ter uma alternativa como escoar sua produção para países compradores. No noroeste boliviano, o rio Madeira era uma das alternativas para importação e exportação. Navegando pelos rios Beni e Madre de Dios pertencentes a Bolívia, e rios Guaporé e Mamoré na fronteira com Brasil, atingia-se o rio Madeira, e superando seu trecho encachoeirado, navegava-se em direção ao rio Amazonas e daí ao Oceano Atlântico (Teixeira; Fonseca, 1998).

O inconveniente em superar as quedas d'água, que ocasionava perdas humanas e materiais, conduziu à discussão de propostas que viessem a facilitar o transporte naquele trecho do rio. Assim, Quentín Quevedo, que desceu o Madeira em 1861 a serviço do governo boliviano, sugeriu a sua canalização ou a construção de ferrovia entre as cachoeiras de Guajará-Mirim e Santo Antônio. Também o Engenheiro João Martins da Silva Coutinho que sugeriu ao governo da província do Amazonas a construção de uma ferrovia que ligasse o Madeira ao Mamoré (Teixeira; Fonseca, 1998, p.140-141).

Em função de necessidades diversas, tanto do Brasil quanto da Bolívia, foi criada em 1871, sob a direção de George Earl Church, a Madeira-Mamoré Railway Co. Ltd., sendo que a primeira equipe de engenheiros aportou em Santo Antônio em 1873. Dificuldades diversas ocasionaram a desistência da empreitada de construção da ferrovia pela empresa inglesa Public Works, firma construtora contratada por Church, em 1877. Naquele mesmo ano, foi contratada a firma norte - americana P. & T. Collins, da Filadélfia, que contratou serviços de trabalhadores especializados e não especializados, de diversas partes do mundo, enviando-os para Santo Antônio. No entanto, devido a diversos fatores, a empreiteira Collins faliu em 1881, após ter assentado apenas 7 Km de ferrovia (Teixeira; Fonseca, 1998).

O governo imperial em 1883 enviou à região duas comissões, uma comandada pelo Engenheiro Carlos Morsing que ficou em Santo Antônio durante seis meses e outra, em 1884, comandada pelo

Engenheiro Júlio Pinkas, ambas terminaram desastrosamente (Teixeira; Fonseca, 1998). A questão do Acre (1899-1902), que foi resolvida com a assinatura do tratado de Petrópolis, entre Brasil e Bolívia (17/01/1903), retornou a discussão sobre a viabilização da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. As obras foram reiniciadas em 1907, após a concessão da construção da ferrovia ter sido vendida pelo Engenheiro Joaquim Catramby para o estadunidense Percival Farquhar, que fundou a Madeira-Mamoré Railway Co., subsidiária da Brasil Railway Co.. Em 1907, chega a Santo Antônio a empreiteira May, Jekyll & Randolph Co. Ltd. que deu início às obras, concluindo-as em 1912 (Teixeira; Fonseca 1998).

3.1. Porto Velho

Porto Velho é a capital do Estado de Rondônia. Atualmente conta com uma população aproximada de 519.531 habitantes, segundo dados do IBGE/2018. A cidade está localizada na margem direita do rio Madeira, sete quilômetros abaixo da cachoeira de Santo Antônio, onde foi construída a Hidrelétrica de Santo Antônio. Segundo Domingues Teixeira (2020), a região foi local de moradia de muitas etnias indígenas ao longo do século, em especial os povos Mura, Karitiana, Kaxarari e Karipuna que são mencionados ao longo da história de formação da localidade. As terras de Porto Velho eram cobertas pela densa floresta amazônica e nela situavam-se extensos seringais.

A ocupação colonial é relatada desde o século XVII, quando um padre jesuíta, João Sampaio, tentou fundar a Missão de Santo Antônio do Rio Madeira, em 1722. Ao longo da segunda metade do século XIX, a região vivenciou importantes episódios ligados ao ciclo da borracha. Na década de 1870, empreendimentos ingleses e norteamericanos marcaram as primeiras tentativas, malfadadas, desconstrução da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré/EFMM. As condições ambientais, a adversidade climática e a hostilidade dos povos indígenas inviabilizaram as primeiras tentativas de construção e somente em 1907, houve uma retomada do projeto de construção da EFMM (Domingues Teixeira, 2020, p. 208).

Instalado o canteiro de obras, foram iniciadas as construções no pátio ferroviário, à frente do centro da futura cidade que em breve surgiria. A maior parte dos elementos que o compõe foi edificada numa grande plataforma, graças a trabalhos de terraplanagem. A jusante do rio, terra adentro, depois de acentuado desnível que define o perímetro do pátio propriamente dito, se estenderia à cidade de Porto Velho (Borzacov, 2007).

Em 1907, a Madeira-Mamoré Railway Company, que, então, detinha a concessão para a construção da ferrovia determinou, contrariando as tentativas anteriores e o estipulado na cláusula VII do Tratado de Petrópolis, que o empreendimento não teria seu ponto inicial em Santo Antônio do Rio

Madeira, situado no estado de Mato Grosso, mas em um ponto localizado alguns quilômetros rio abaixo, denominado Porto Velho, situado no estado do Amazonas (Teixeira; Fonseca, 2002).

A origem, portanto, da cidade de Porto Velho está em um empreendimento industrial, de grande vulto para a época e espantoso pela dificuldade de sua execução. Contudo, essa origem detém certa singularidade: a companhia quando para esse local se transferiu, encontrou apenas a mata e, assim, construiu uma verdadeira cidade. Além das edificações de uso propriamente industrial foram construídas residências, alojamentos, usina de geração de eletricidade, sistema de telefonia, captação de água, hospital, porto fluvial, armazém para o abastecimento dos funcionários, lavanderia e até uma fábrica de biscoitos e outra de gelo (Teixeira; Fonseca, 2002, p.142-143).

Figura 1: Vista panorâmica de Porto Velho (Rondônia), 1910



Fonte: Merrill⁴, 1910.

Segundo Borzacov (2007), a cidade de Porto Velho surgiu dividida em duas zonas diferentes, a primeira apresentava solo irregular, ruas sem calçamento, construções e habitações totalmente de madeira. Algumas eram de grande porte como as que serviam de moradia a operários e funcionários da empresa construtora da ferrovia. A impressão que se tinha era um povoado erguido às pressas, um núcleo imigratório feito a serrotes e a martelo rapidamente, na intenção de economizar tempo visando a empreitada da construção da via férrea, à semelhança de uma cidade *far west* tão familiarizada para os frequentadores de cinema.

⁴ Disponível em <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/efmm/Dana-Merrill-Museu-USP-foto-130.shtml>. Acesso em 08 mar 2025.

Mais adiante, percebia-se a outra zona de feição diferente. Era a transição da madeira para a alvenaria, tijolo e argamassa. Eram construções utilizadas para o pequeno comércio e residências edificadas na rua principal ou esparsas em ruas nascentes. Porto Velho era um centro de imigração, quase a totalidade de sua população era formada por brasileiros, filhos do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e de estrangeiros. Havia de tudo: americanos, bolivianos, peruanos, árabes, turcos, ingleses, chineses, hindus, etc., e dentre esses, bem poucos amazonenses (Borzacov, 2007).

Precedendo à primeira área residencial da cidade, o pátio da ferrovia, com suas casas para o pessoal qualificado separadas dos demais funcionários e trabalhadores braçais e mesmo um “bairro”, o Alto do Bode, iniciou a surgir, uma outra cidade. Para além da linha que dividia o território da ferrovia do restante da urbe, significativamente denominada Avenida Divisória, surgiram as primeiras áreas residenciais e comerciais. Onde hoje é a Jônatas Pedrosa surgiu a Rua da Palha, constituída de edificações de material precário, cobertas com palha, que aglutinou aqueles que não eram funcionários da ferrovia e pequenos comerciantes. Ao redor surgiu o que hoje é o centro da cidade e, com o tempo, seus primeiros bairros: Baixa União (Triângulo), Mocambo e Favela, mais tarde o Caiari, a Arigolândia e o Olaria (Teixeira; Fonseca, 2002, p.147).

Em 1914, dois anos após a conclusão da ferrovia, foi criado o município de Porto Velho através da Lei nº 757, sancionada pelo governador do estado do Amazonas Jonathas de Freitas Pedrosa. Contudo, a “cidade” situada dentro do município era na verdade composta por toda a infraestrutura criada pela administração da ferrovia. Em 1915, chegou a Porto Velho e tomou posse, no cargo de intendente municipal, o Major de Engenharia do Exército Fernando Guapindaia. Desse período até 1924, o governo municipal foi exercido por superintendentes, e o Poder Legislativo, pelo Conselho Municipal, composto por intendentes. A partir de 1924, com o estabelecimento do governo revolucionário no Amazonas, o município de Porto Velho deixa de ter seu poder legislativo, situação que se mantém com a Revolução de 30 e prolonga-se até 1969, quando os municípios dos territórios federais passam a possuir Câmaras de Vereadores (Teixeira; Fonseca, 2002).

4. A CAPELA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

A construção da Capela de São Francisco de Assis, situada na Rua Campos Sales, esquina com Pinheiro Machado⁵ está ligada à devoção de um casal cearense, Antônio Moreira de Andrade e Maria Alves de Andrade. Segundo Cantanhede (1950), em um dos bairros da vila⁶ este casal, por ser muito católico, manda construir uma Capela nas proximidades de sua residência afastada do centro, onde só se podia chegar depois de atravessar veredas, mata e capoeiras.

⁵ Ruas que hoje na atualidade estão na região do Bairro Centro de Porto Velho/Rondônia

⁶ A vila era “Porto Velho” no seu início de cidade.

Figura 2: Capela de São Francisco



Fonte: Hugo, 1991, p. 224

O casal Andrade solicitou à Superintendência Municipal os lotes 1 e 2 da quadra 49, cujo terreno ficava em frente à casa onde residia. Nesse tempo, as ruas afastadas da área de influência da ferrovia eram cobertas pela floresta, havendo caminhos cortando pelo mato, que conduziam para as casas que se erguiam nas clareiras abertas (Borzacov, 2007).

Figura 3: Capela de São Francisco/Anos 80



Fonte: Sheila Cmferreira⁷, 2024.

⁷

Disponível em https://www.facebook.com/photo?fbid=1102308634881318&set=gm.8456342071143558&id=199910546786793&locale=pt_BR. Acesso em 07 mar 2025.

Obtida a concessão assinada pelo Superintendente Joaquim Augusto Tanajura, houve o início da construção da Capela de São Francisco, sendo utilizadas matérias-primas da região, como taipa e palha. Os recursos financeiros aplicados eram do próprio casal Andrade e de algumas doações coletadas dentre os fiéis (Borzacov, 2007). A imagem do Santo veio do Rio de Janeiro, e o primeiro sino da capela, de Manaus, por encomenda (Cantanhede, 1950).

A pintura foi oferecida pelo odontólogo e farmacêutico Carlos Rocha Leal que possuía seu consultório, anexo a uma farmácia na Avenida 7 de Setembro, esquina com a rua José de Alencar⁸. As portas, janelas e o altar foram confeccionados manualmente pelo casal idealizador da obra. O operário Manoel Saladino trabalhou na edificação do templo e o custo da obra foi de seiscentos mil réis (Borzacov, 2007). De acordo com Cantanhede (1950), terminadas as obras da capela de São Francisco de Assis em 1926 para 1927, somente muito mais tarde os padres passariam a celebrar os ofícios divinos, tomando a seu cargo a manutenção da Capela de São Francisco, cuja construção foi muito melhorada (figura 2). E, assim, surgiu a primeira igreja de Porto Velho.

Figura 4: derrubada da Capela de São Francisco sem fachada/na atualidade



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Segundo Borzacov (2007), assim que a Capela de São Francisco ficou pronta, o casal Andrade organizou a primeira romaria, dia 4 de outubro, data dedicada ao Santo. Das primeiras romarias, participaram poucas pessoas e o percurso era feito ao redor da Capela. O cortejo seguia a imagem de São Francisco de Assis, vinda do Rio de Janeiro, principal símbolo da romaria.

⁸ Ruas que hoje na atualidade estão na região do Bairro Centro de Porto Velho/Rondônia.

De acordo com Borzacov (2007, p. 115), “Os Fiéis, nos primeiros anos da romaria reuniam-se para cumprir com as suas devoções durante a semana que antecedia o cortejo, para troca de oferendas, processo de aculturação fortalecido pela integração existente entre o grupo”. Daí em diante, a devoção a São Francisco de Assis, ano após ano, enraíza-se na alma do Porto-velhense e, atualmente, os promesseiros se vestem de Capuchinhos e Irmãs Franciscanas, alguns calçam sandálias, outros descalços. Outras formas de professar a fé são constatadas em alguns romeiros que acompanham o cortejo com tijolos na cabeça e outros, portando imensos círios e cruzes de Madeira.

Com a criação da Banda de Música da Guarda Territorial do Guaporé (1944), a Romaria passou a ser acompanhada, tendo assim além de orações, os hinos sacros cantado pelos pagadores de promessa. Obedecendo à tradição, a banda de música da Polícia Militar, que sucedeu a da Guarda Territorial, prossegue com o acompanhamento (Borzacov, 2007). De acordo com Borzacov (2007), “a Capela de São Francisco de Assis passou por várias modificações com correr dos Anos⁹, entretanto as linhas arquitetônicas foram preservadas simples e com uma única torre” (p. 115).

A singeleza da edificação confunde-se com a figura humílima do Santo Poeta, Francisco de Assis, que fez de sua poesia um veículo da Boa Nova: “Senhor, fazei de mim um instrumento de vossa paz...”¹⁰. Trata-se de uma comovente oração que arrebatava a cada ano novos adeptos que afluem a Porto Velho vindos de todas as cidades de Rondônia, bem como do Acre e de Humaitá – Amazonas.

Figura 5: destruição interior da Capela de São Francisco



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

⁹ É o que tento demonstrar com a variedade de imagens diferentes do processo de transformações no decorrer do texto aqui trabalhado.

¹⁰ Oração de São Francisco de Assis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir as dramáticas destruições do patrimônio cultural nas décadas recentes provocadas por desastres ambientais, falta de conservação ou dificuldade das políticas públicas é algo complexo. Quanto aos casos de destruições e demolições a realidade das transformações e destruições ao patrimônio, isso não é novidade, mas vem se agravando nos últimos anos.

Como exemplos nacionais¹¹, temos o Museu Nacional do Rio de Janeiro que em setembro de 2018 foi atingido por um incêndio trazendo danos ao local e acervos, e um ato mais recente foi o desabamento da parte do teto da igreja de São Francisco de Assis da Bahia no centro histórico de Salvador/BA neste ano de 2025, local que é tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

De acordo com trabalho aqui apresentado, analisamos que a Capela de São Francisco de Assis de Porto Velho/Rondônia se faz presente desde a fundação da cidade no período primórdio da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. De acordo com as fotografias (figuras 4 e 5), que são imagens coletadas na atualidade, percebe-se que, anteriormente, a fachada era preservada por ser patrimônio da cidade de Porto Velho, e por ser a primeira igreja a ser erguida em nossa cidade. No entanto, por meio dessas imagens, observa-se, infelizmente, o despreparo com nosso patrimônio. Aquilo que era para ser preservado e restaurado é derrubado e depredado, dando lugar a simulacros, isto é, uma imitação do que era original até um certo tempo.

É espantoso o descaso para com a memória e patrimônio arquitetônico de Porto Velho. Pergunto-me para que servem IPHAN, FUNCULTURAL, SEJUCEL e outros órgãos referentes à pasta cultural? Infelizmente, a cidade calada assiste e muda permanecerá. Um descaso para com o patrimônio que nos resta.

REFERÊNCIAS

- BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho 100 anos de História 1907-2007**. Porto Velho, 2007.
- CANTANHEDE, Antônio. **Achegas para história de Porto Velho**. Manaus: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus, 1950.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2006.
- DOMINGUES TEIXEIRA, Marco Antônio. Arigós em Porto Velho: a construção da ordem e da estratificação social a partir da violência institucionalizada pelo Estado. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 186–218, 2020. DOI: 10.30612/rmufgd.

¹¹ São fenômenos de descaso para com o Patrimônio Cultural Nacional são exemplos que não fogem também quando se trata de patrimônio da cidade de Porto Velho/Rondônia.

v10i18.11180. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/11180>. Acesso em: 29 jan. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**, volume I, 2º edição, Banco do Estado de Rondônia-BERON, 1991.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. – 2 ed. ev. – São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. FOTOGRAFIA E HISTÓRIA: AS TRAMAS DA REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 70, 2021. DOI: 10.23925/2176-2767.2021v70p9-35. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/52357>. Acesso em: 29 jan. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo, 1997.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. Criação, experiência e manipulação do conhecimento revelado nos registros gráficos de crianças. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P.; OLIVEIRA, L. M. (Org.) **Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. <https://doi.org/10.7476/9788579830389>. Acesso em 16/03/2025.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH, 18., 2012, Mariana/Mg. **Anais [...]** Mariana: Anpuh-MG, 2012, v.1. p.1-12.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho, rondoniana, 1998.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho, rondoniana,

Data de submissão: 29/01/2025

Data de aprovação: 12/03/2025